



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, PRESENCIAL E POR VIDEOCONFERÊNCIA NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, NO DIA TRINTA DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. (30-11-2022).

Ao trigésimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, quarta-feira, às dez horas e dez minutos, foi realizada a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, presencial e por videoconferência, no prédio da Câmara Municipal de Mariana, para discutirem sobre construção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser apresentado às mineradoras Vale, Samarco e CEDRO, à Fundação Renova (FR) e às empresas que vierem a existir, que atuam ou atuarão no território de Mariana afim mitigar os impactos causados por suas atividades em nossa região. **Participaram da reunião:** os Vereadores Fernando Sampaio, José Antunes Vieira, Marcelo Macedo e Maurício Borges. **Registraram Presença:** Adriana do Carmo Ferreira, representante de professores da Educação Infantil; Anderson Jesus de Paula, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Carlene Ferreira de Almeida Secretária Municipal de Educação; Danilo Brito das Dores, Secretário Municipal de Saúde; Sr. Edvaldo Andrade, Secretário de Governo; Juliano Magno Barbosa, Controlador Geral do Município; Juliana Cardoso, Secretária Adjunta de Administração da Saúde; Maria Antônia Ventura de Paula, Professora Presidente do Conselho Municipal de Educação; Pedro César Oliveira Nunes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico; Rosângela Galvão de Moura, Secretária de Administração; Walber Luiz da Silva, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental” o Vereador Fernando iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e solicitou a leitura do ofício, que foi realizada; ele disse que a discussão deveria ter acontecido previamente, pois todos os atendimentos estão inchados, tendo faltado da Prefeitura supervisão prévia e que a Educação, Saúde e Assistência Social (AS) precisam entrar num consenso, pois a reunião era preparatória para a do dia seguinte, dada a visita do Ministério Público (MP), ao qual foi solicitado auxílio quanto à situação. Com a palavra, a Sra. Maria Antônia disse que nas creches há uma longa lista de espera, vem há anos piorando, preocupando sobre a oferta de educação de qualidade e, caso as crianças fiquem fora da escola, faltarão etapas em suas formações, salientando a importância da construção de mais unidades. A Sra. Adriana disse que apenas metade das crianças são assistidas pelas creches municipais, principalmente no Bairro Cabanas, obrigando os pais a procurarem o MP e o Conselho Tutelar em busca de vagas, superlotando as salas, e falando profissionais. O Vereador Fernando concordou com a defasagem nas creches, e completou dizendo haver muitas famílias vindo de fora, sobrecarregando as instituições; disse que ao haver inchaço nas obras da FR e essas acabam, muitas mulheres ficam com os filhos para o Município cuidar. Com a palavra, o Sr. Pedro disse que na AS tem-se



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

observado esse impacto há um tempo e, em dois mil e dezenove, o Plano de Assistência foi aprovado após muita luta, trazendo trinta e um funcionários pagos pela FR, quantidade essa agora insuficiente e, em conversa com o Promotor Guilherme, esse relatou os impactos no MP, principalmente no que tange violência sexual contra a crianças e adolescentes. Disse ter pedido à Vigilância que enviasse relatório e, com base nos dados, chegou-se ao nível de impacto sofrido que, entre dois mil e quinze e dois mil e dezesseis, principalmente no Cabanas e nos distritos, houve aumento de mil e quatrocentos e noventa e sete por cento nos atendimentos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com aumento anual e, em dois mil e vinte, cento e sessenta e quatro por cento; no corrente ano até setembro, cento e trinta e oito por cento de aumento, sendo que no Centro POP a situação é ainda pior; esse relatório foi mostrado à FR em reunião, na qual o Sr. Guilherme participou, e propuseram que se criem serviços na AS a serem co-financiados pelo Governo Federal, sendo então sustentáveis para o Município e, que já estão trabalhando para minimizar os impactos na AS. O Vereador Fernando disse que quando o Sr. Juliano Magno era Secretário da AS, a Prefeitura recebeu verba tanto para a AS como para Saúde, ao que o Sr. Juliano assentiu e continuou, dizendo que o espólio da mineração é prejudicial à Mariana, principalmente nos critérios de Educação, Saúde e AS, sendo interessante abrir a oportunidade de se trabalharem as Secretarias conjuntamente; disse que as empresas deveriam ter comprometimento, como o Centro de Referência à Criança e ao Adolescente (CRIA) da Vale, com equipamentos reestruturados, sendo possível seu financiamento, economizando verba que pode ser investida em manutenção, sendo simples garantir que se diminuam os gastos com terceirizados e ampliem-se outros serviços, visto que a AS, ao contrário da Saúde e da Educação, não existe na iniciativa privada, podendo-se começar com itens a serem edificados, como, por exemplo, adquirir o prédio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), cujo aluguel é pago pela FR, o que eventualmente acabará, e questionou como o Município assumiria esse valor e o motivo de não haver um CRIA no Cabanas, visto a demanda. O Sr. Pedro apoiou a compra dos imóveis com recursos do Governo, exonerando a AS desse gasto, a exemplo do CRAS, e outros com recursos vinculados, como da FR; se propôs à FR a compra da casa do CREAS e a criação de um novo CREAS, para atender às populações fixa e flutuante; esse pode-se co-financiar com o Governo Federal, assim como a Casa de Passagem; todos esses processos são morosos, sendo que apenas quer-se utilizar os cinco dos dez milhões de reais disponibilizados pela FR, que estão parados. O Sr. Juliano disse vir acompanhando de perto a FR, tendo saído da Cidade uma parte da equipe que desamparava a Cidade e, considera vantagem colaborar com a mesma atualmente. O Vereador Marcelo disse querer entender qual é a população flutuante de cada departamento e suas demandas, respectivamente; também questionou a não-utilização de metade do recurso disponibilizado pela FR e criticou a falta de imóveis disponíveis nos distritos por conta da demanda da FR. Com a palavra, o Sr. Pedro disse ter ciência, e que a FR veio atrapalhar, não ajudar; expôs que, em levantamento de dados, chegou-se ao relatório que enviaria à Casa, como exemplo, o aumento da alimentação no Centro POP; disse haver grande número de pessoas que vêm a Mariana sem posses ou perspectivas e acabam em situação de rua; quando se fala em propor novos serviços, é com base no aumento de atendimentos da AS, e reiterou



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

sobre a compra de imóveis e equipamentos em uso; em relação ao recurso não usado, explanou que a FR contratou terceirizados no início do impacto e, atualmente, a Secretaria paga o mesmo número de funcionários, mas com menor gasto, dada a não-existência de taxas das empresas, facilitando que a FR realize suas solicitações. Disse que em reunião da Câmara Técnica de Organização Social (CTOS), mostrou os dados à diretora da AS da FR, que disse querer discutir as propostas, visto que o aumento da população flutuante está ligada aos reassentamentos. Com a palavra, o Vereador Marcelo solicitou ao Sr. Walber que se relatasse o fluxo da população flutuante desde dois mil e dezesseis para que se entenda a alteração gráfica, ao que esse concordou, e disse haver várias obras iniciadas, e que Mariana pode reviver Fundação a qualquer momento, havendo várias barragens nível dois e de alerta, além do aumento de demanda de outros serviços, como transporte e coleta de lixo. A Sra. Carlene disse ser perceptível o crescimento populacional da Cidade, vê-se no trânsito e nos estacionamentos; e reiterou a necessidade de estudo de dados para identificar a fonte do crescimento do fluxo de trabalhadores na Cidade, havendo um levantamento da Secretaria de Educação do quantitativo de alunos de dois mil e quatorze a dois mil e vinte e dois, tendo havido aumento dos flutuantes, de setenta e sete em dois mil e vinte e um, para cento e oitenta e dois em dois mil e vinte e dois, além dos quatorze alunos estrangeiros, constando levantamento prévio do número de alunos, de seis mil seiscentos e quarenta e nove para sete mil setecentos e sessenta, e salientou que a pandemia também elevou essa quantidade e, ainda, conta com previsão para o ano de dois mil e vinte e três; sobre o inchaço nas creches, vê-se aumento de uma média de mil alunos, também resultante da pandemia, período onde muitos alunos da rede privada ingressaram na rede pública durante o período do Ensino Remoto e, nem todas as famílias que vêm para a Cidade tem crianças, fazendo-se necessário um monitoramento desse público; na previsão para o próximo ano, percebe-se a saída dos alunos da rede rural para a sede, necessitando-se pensar em políticas públicas que fortaleçam as condições de vida dos moradores nos distritos, para que não precisem recorrer ao êxodo. Mesmo com demanda do MP, se respeita o limite máximo de alunos nas creches, em virtude dos seus espaços, há demanda desde dois mil e quatorze; no corrente ano, por exemplo, foram inaugurados novo espaço e endereço da Casinha de Nazaré, com capacidade para atender cento e cinquenta alunos; além disso, houve desapropriação de terrenos para construção de novas unidades de creches nos bairros Cabanas, para construção de uma unidade de Educação Infantil e Maternal, para a Escola Municipal Monsenhor José Cota, implementando tempo integral e atendendo à maior demanda, que é o Maternal; para que se atenda à demanda de creches no Município, fazem-se necessários desapropriamentos nos bairros Centro e Rosário, precisando colocar em ação uma estratégia de trabalho com as mineradoras, e citou o exemplo de Brumadinho, onde a Prefeitura e as empresas criaram alojamentos e estruturas sociais, para não saturar a cidade, também histórica. O Vereador Marcelo disse que os dados e diagnósticos são importantes para análise e propostas do Município junto às empresas, com concordância do Vereador Fernando. A Sra. Adriana disse que os dados oferecidos não falam das crianças não-assistidas, dada a falta de vagas. Deve-se observar o aspecto local e não construir sem necessidade, havendo desistência por parte dos pais das crianças não-assistidas e reclamação das professoras, pela pequenez das salas. A Sra.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Carlene reiterou sua fala sobre as demandas de creches, reprimidas já de alguns anos nos bairros Rosário, Centro e Cabanas. O Vereador Fernando disse para levar a demanda aos promotores, pois quando a Casa fala com as mineradoras, essas tem má vontade, precisando da influência da Promotoria. Com a palavra, o Sr. Danilo disse querer discorrer alguns tópicos: primeiro sobre o recurso captado, do qual há sobra dos valores devido a um planejamento da FR e reiterou a fala do Sr. Pedro sobre ter-se economizado ao contratar o profissional diretamente. O segundo ponto é o aumento significativo de pessoas, com cinco mil trabalhando nos reassentamentos de Bento e Paracatu, com média de quinze homens em cada casa, e reiterou a falta de imóveis. Para ele, o preocupante é que em dois mil e vinte e quatro, não se falará mais em reassentamento, mas em diminuição de participação das empresas no Município, havendo quase vinte e cinco milhões de Imposto sobre Serviços (ISS), receita essa que, em dois mil e vinte e quatro sofrerá diminuição; sabendo haver queda da mineração, tem-se impacto de trinta e cinco a quarenta por cento de arrecadação, sendo a verba do Município entre seis e sete milhões do certame; na Saúde, há mais de cem mil cartões do SUS, devido à rotatividade. Disse que, além de estar-se falando de setenta e dois mil habitantes, conta-se com vinte por cento a mais, sendo preocupante. A exemplo, a ocupação irregular do Bairro Santa Clara, onde encaminham-se as pessoas para a Secretaria de Saúde; disse ser necessário observarem-se as situações das Policlínicas, onde mais de quarenta por cento dos atendimentos estão ligadas a empresas mineradoras ou terceirizadas, além do fato da população perder a paciência antes do atendimento, atrapalhando o funcionamento; caso possa-se custear um clínico ou dois, quase exclusivamente para essas mineradoras, diminuir-se-ia o impacto e agilizar-se-iam os atendimentos; concordou com construção creche, mas disse que haveria diminuição da demanda em dois mil e vinte e quatro, já que parte dos trabalhadores deixa a Cidade e outra parte fica, tendo criado vínculos. Sugeriu que se comprassem vagas na rede particular para minimizar o impacto à Educação, investindo o recurso da FR. Com a palavra a Sra. Carlene disse que no ano anterior realizaram levantamento para comprar essas vagas, mas, em Mariana os valores são muito altos e diferenciados, precisando custear uniforme, alimentação e material didático, sendo que o valor todas das despesas oneraria muito o Município. O Sr. Pedro disse que, na situação de Mariana, trinta por cento das pessoas geralmente ficam no Município, conforme o relatório, onde constam gráficos dos atendimentos. O Vereador Fernando disse que, ao construir creche, tem-se um único gasto, mas também devem-se considerar a necessidade de profissionais e mobiliário sendo a manutenção das creches mais difícil. O Sr. Pedro disse que, a partir dos dados do SUS, tem-se cem mil habitantes, sendo vinte e sete mil deles flutuantes, que deve-se pensar também da meta futura, pois se no presente, tem-se uma arrecadação da mineração em torno de trezentos milhões anuais, deve-se pensar que essa tende a diminuir com o déficit dos valores do minério, que já acontece e, a partir do término das obras da FR, parte desses contratados sairão da Cidade, deixando creches e escolas excedentes, devendo-se trabalhar com base nesse excesso, devendo aproveitar as escolas existentes. Ele disse já existirem na Cidade escolas profissionalizantes cujo espaço pode ser utilizado, como o Centro de Educação Municipal Padre Avelar (CEMPA) e o SENAI e que já trouxe à Casa um Projeto de Lei para que se faça termo de cessão de uma área para se implantar área própria do SENAI,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

para trabalharem-se com as iniciativas pública e privada, investindo no ensino futuro. Com a palavra, o Sr. Edvaldo agradeceu a oportunidade do Executivo e o Legislativo trabalharem juntos e, que acha importante as três Secretarias criarem a pauta da reunião do dia seguinte, para agilizar o processo, já que o MP é uma força maior frente às empresas. O Sr. Juliano disse que devem-se tomar a tarde do dia trinta para cada Secretaria criar um plano documental, e entregar à Casa no fim do dia, para estar pronto para a próxima reunião, com concordância do Vereador Fernando, que solicitou que assim se fizesse. O Sr. Juliano disse não ser necessário um plano detalhado, mas um esboço definindo as necessidades, sem incluir preços, pois isso seria feito posteriormente, com concordância do Sr. Edvaldo, que perguntou ao Sr. Walber se esse está tratando da mão de obra de fora, ao que ele respondeu que estão trabalhando com base nos atendimentos sendo a ideia ampliar os serviços para atender àqueles trinta por cento que ficam. Sobre as pessoas em situação de rua, disse querer a criação da Casa de Passagem, que daria abrigo por até noventa dias. A Casa em questão já é alugada pelo Município, sugeriu a compra por meio da FR e disse que, no ano seguinte, conseguiria do Governo Federal toda a verba para tratar dessa população. Com a palavra, a Sra. Juliana Cardoso agradeceu a participação, disse haver muitas pautas e alterações a serem feitas, por exemplo, a questão de moradia, que é antiga e piorou com o reassentamento, precisando-se pensar num plano local de habitação para o TAC, havendo encaminhamento da suplementação dos recursos, mas sem efetividade, pois a FR e as mineradoras faltam com responsabilidade social para com o Município, visto seu alto lucro. O Vereador Fernando solicitou que se marcasse nova reunião com o MP, visto que a do dia seguinte seria um esboço dos planos. Com a palavra, o Vereador José Antunes disse preocupar-se com a zona rural, onde há muitos funcionários da FR, e disse querer uma alternativa para essas pessoas, que não terão emprego quando a FR for embora, com concordância do Vereador Fernando, que exemplificou com caso de Padre Viegas, onde as pessoas estão em alojamentos precários, onde há falta de água e sem estrutura adequada para abrigar duzentos e cinquenta homens. Com a palavra, o Vereador José demonstrou preocupação, já que o distrito não comporta essa quantidade de gente. Com a palavra, o Vereador Marcelo disse que, sobre as repúblicas, há uma pauta com a FR, que será discutida dia doze de dezembro com a mesma, precisando do apoio do Município para fiscalização. O Vereador Fernando disse que na semana de cinco a nove de dezembro será votado um Projeto de Lei da Prefeitura, que visa normatizar a moradia desses trabalhadores e reiterou o envio das pautas para a reunião seguinte. A Sra. Rosângela disse que deve-se pensar na sustentabilidade, no custo e nos programas e ações propostos nos quatro anos, ao que o Sr. Pedro disse que as estatísticas não funcionam na realidade marianense, onde as circunstâncias são atípicas. Com a palavra, a Sra. Carlene reiterou a necessidade de levantamento dos moradores flutuantes por localização, isto é, por bairros, para identificação das necessidades sociais nas diversas esferas do atendimento público. O Sr. Wagner disse haver uma norma que regulamenta os alojamentos, mas não sabe se as empresas a estão cumprindo, ao que o Vereador Fernando disse que não havia regras pros alojamentos em distritos e que a nova pauta cuidará de todos eles. O Sr. Pedro perguntou sobre o alojamento de Padre Viegas e disse haver denúncia à Polícia Ambiental de pessoas em situações precárias e que a obra, junto do alojamento, foi licenciada pelo Estado, não tendo passado pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Município, ao que o Vereador Fernando questionou. O Sr. Pedro respondeu que está tudo dentro da litigação estadual, ao que o Vereador Fernando criticou, pois o Estado não sabe se há estrutura para receber essas pessoas, ao que o Sr. Pedro disse que o licenciamento ambiental do Estado previa vaga para duzentas pessoas em alojamento móvel. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO:** “Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do povo Marianense”, o Vereador Fernando encerrou a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**